

PARECER INDEPENDENTE

sobre o *Social Bond Framework* da Mottu

Alinhamento com ODS



Enquadramento em categorias SBP/SLP

- Geração de empregos ou programas destinados à prevenção e/ou alívio do desemprego decorrente de crises socioeconômicas, inclusive através do financiamento de micro, pequenas e médias empresas e microfinanças;
- Avanço socioeconômico e empoderamento, por meio do acesso à serviços, recursos e oportunidades.

SBP/SLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Destaques	Lacunas para liderança
1. Uso de recursos		✓ Recursos serão direcionados para compra de motocicletas a serem alugadas para a população-alvo definida, buscando gerar oportunidades de emprego e renda para essa população; ✓ População-alvo definida como motoboys e mototáxis negros (pretos ou pardos) ou que, antes do aluguel, tinham renda de até R\$ 2.000 mensais; ✓ Uso de recursos alinhado com <i>standards</i> de sustentabilidade como Taxonomia Social da EU e <i>Social Bond/Loan Principles</i>; ✓ Alocação total dos recursos líquidos captados para os fins elegíveis deverá ocorrer em até 24 meses após a captação de recursos ou, em casos de reembolso e refinanciamento, para gastos realizados em até 24 meses antes da captação.	✗ Apesar da locação de motos estar correlacionada com um aumento de renda dos clientes, não foi possível comprovar que isso os tire de uma situação de vulnerabilidade; ✗ Os recursos captados com base no <i>Framework</i> poderão ser destinados para reembolso e refinanciamento de gastos ao invés de direcionados exclusivamente para gastos futuros.
2. Seleção e avaliação de projetos		✓ O uso de recursos está alinhado à estratégia operacional e de sustentabilidade da Mottu; ✓ O processo de caracterização da população-alvo das operações é claro, está bem estabelecido e será mantido para futuras operações; ✓ 81% dos clientes da Mottu afirmaram que a locação das motos gerou uma melhora em suas vidas; ✓ A locação de motos está correlacionada com um aumento de renda dos clientes; ✓ Os critérios de elegibilidade definidos para população-alvo vulnerável estão alinhados às melhores práticas de mercado.	✗ A empresa possui uma controvérsia social de alta severidade, envolvendo funcionários da Mottu e um de seus clientes. O caso ainda está em investigação; ✗ O contrato de locação das motos possui cláusulas que alocam riscos substanciais aos clientes.
3. Gestão de recursos		✓ O <i>Framework</i> destaca o comprometimento em não direcionar recursos a projetos que foram alvo de outras emissões rotuladas, e em comprovar o lastro das operações, de forma que as captações não ultrapassem os valores destinados aos fins elegíveis; ✓ Redirecionamento dos recursos em até 3 meses em caso de desenquadramento do uso de recursos em relação aos critérios de elegibilidade; ✓ Investimentos temporários em instrumentos financeiros com baixo risco de contaminação.	✗ O <i>Framework</i> não estipula que as operações rotuladas terão cláusulas de penalização caso o uso de recursos não seja respeitado; ✗ O <i>Framework</i> não estipula que as operações rotuladas terão seus recursos segregados em contas exclusivas, de forma que podem ser mantidos temporariamente em caixa, dificultando a rastreabilidade dos recursos.

4. Relato 	✓ Relatos de informações financeiras e dos benefícios sociais serão feitos pelo menos uma vez ao ano, até o vencimento dos instrumentos utilizados; ✓ Os relatos serão disponibilizados aos investidores por e-mail; ✓ Operações baseadas no <i>Framework</i> terão os indicadores financeiros e sociais verificados externamente em até 18 meses após a data de captação. Os relatórios de verificação serão disponibilizados aos investidores; ✓ <i>Framework</i> e parecer independente serão divulgados aos investidores. ✗ O <i>Framework</i>, os relatos de alocação e de impacto e os relatórios de verificação não serão divulgados publicamente; ✗ A verificação externa de impacto e alocação dos recursos ocorrerá apenas uma vez para cada captação.
---	---

SUMÁRIO

1. Escopo de trabalho	4
2. Opinião	7
3. Performance ASG da Mottu	23
4. Método	26
5. Social Bond/Loan Principles Form	28
Anexo I – Análise de vulnerabilidade e descrição dos benefícios sociais	35
Anexo II – Tarifário Mottu	42

1. Escopo de trabalho

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o alinhamento do *Social Bond Framework* ("Framework") da Mottu Locação de Veículos Ltda. ("Mottu") ou ("Companhia") às melhores práticas nacionais e internacionais de emissão de títulos e captação de empréstimos sociais.

A Mottu é uma *startup* de aluguel de motos e serviços logísticos fundada em 2020, cujo foco é o aluguel de motocicletas para entregadores autônomos que atuam em plataformas. Os recursos obtidos com futuras emissões e empréstimos rotulados como social serão usados para financiar, refinar ou reembolsar gastos futuros ou passados, desde que atendam aos critérios de elegibilidade definidos no *Framework*.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação - que está alinhado com os *Social Bond Principles* (SBP)¹, *Social Loan Principles*² Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)³, o Guia para Ofertas de Títulos ESG⁴ da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Guia de Dívida Sustentável no Brasil⁵ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente para analisar a emissão -, a fim de confirmar o alinhamento *Framework* às melhores práticas nacionais e internacionais de emissão de títulos e captação de empréstimos sociais.

A opinião da ERM é baseada em:

- Análise da coerência do *Framework* e da estratégia de sustentabilidade da Companhia;
- Análise do alinhamento do *Framework* aos *Social Bond Principles*, *Social Loan Principles* e outros padrões de sustentabilidade e sociais;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) corporativa da Mottu, a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais;
- Pesquisa de controvérsias da Mottu.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Mottu, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela elaboração do *Framework* e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre abril e junho de 2024.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2023-updates/Social-Bond-Principles-SBP-June-2023-220623.pdf>

² <https://www.lsta.org/content/social-loan-principles-slp/>

³ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

⁴ <https://esg.nintgroup.com/guia-para-ofertas-de-titulos-esg-anbima>

⁵ <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>

- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A ERM teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas. Contudo, parte das evidências utilizadas não foram auditadas externamente. Assim, o Parecer possui nível limitado⁶ de asseguração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A Companhia pretende obter a classificação de Títulos Sociais para futuras emissões amparadas pelo *Framework*, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais como a Taxonomia Social da União Europeia, os *Social Bond Principles*, versão de junho de 2023 e *Social Loan Principles*, versão de fevereiro de 2023.

⁶ Veja a explicação na seção [Método](#).

Declaração de responsabilidade

A ERM não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Mottu Locação de Veículos Ltda. Dessa forma, a ERM declara estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Social Bond Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Mottu. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a ERM não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez de eventuais emissões baseadas no *Framework*.

2. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos faça acreditar que, em todos os aspectos materiais analisados, o *Social Bond Framework* não esteja em conformidade com os *Social Bond Principles*, *Social Loan Principles* e com práticas confortáveis para a emissão de títulos sociais e captação de empréstimos sociais.

A ERM utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento aos princípios dos *Social Bond Principles*. Os SBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como social. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados na seção “[Método](#)”.

A aderência aos SBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento *Framework* aos quatro componentes dos SBP/SLP.

Quadro 1 – Análise do Social Bond Framework da Mottu

SBP e Classificação	Resumo das práticas e opinião ERM
Uso de Recursos 	Definição do uso de recursos: A Mottu é uma <i>startup</i> de aluguel de motos focada em atender entregadores autônomos que atuam em plataformas. Os recursos captados por meio de empréstimos ou títulos amparados pelo <i>Framework</i> serão direcionados para gastos futuros, refinanciamento ou reembolso de despesas relacionadas à compra de motocicletas produzidas na linha de montagem da Mottu em Manaus (AM). Os recursos poderão ser usados para fins de reembolso e refinanciamento, desde que os gastos tenham sido realizados em até 24 meses antes da captação. Para gastos futuros, a alocação nos projetos elegíveis deverá ocorrer em até 24 meses após a operação. O emissor não se comprometeu a divulgar, antes de cada emissão, uma estimativa do percentual direcionado para financiamento x refinanciamento. Contudo, tais informações irão constar nos relatórios anuais de impacto e uso dos recursos. Critérios de elegibilidade: O <i>Framework</i> estabelece critérios de vulnerabilidade para a definição da população-alvo vulnerável a ser beneficiada pelas captações sociais – alinhado ao conceito

de *target population* dos *Social Bond Principles*. Os critérios visam maximizar os benefícios sociais decorrentes dos investimentos, ao selecionar pessoas econômica ou socialmente desfavorecidas que são beneficiadas pelos serviços oferecidos pela Mottu.

O documento define como público-alvo vulnerável:

- I. Clientes que utilizem as motocicletas da Mottu para trabalhar (motoboy ou mototáxi) em tempo integral ou parcial e:
 - a) Declaram possuir renda de até R\$ 2.000 mensais antes de alugar a moto da Mottu; ou
 - b) Declararam ser pessoas negras (pretas ou pardas).

Assim, o público-alvo se limita a pessoas que utilizam as motocicletas como ferramentas de trabalho (motoboys e mototáxis), tipicamente vulneráveis do ponto de vista de renda e condições de trabalho, e que atendam a pelo menos uma das condições elencadas nos itens a) e b).

O primeiro critério de elegibilidade busca selecionar pessoas que possuíam, antes de alugar uma moto da Mottu, baixa renda, e que, portanto, podem aumentar seus rendimentos por meio do uso da moto como ferramenta de trabalho.

Nesse sentido, estimamos, com base nos dados do estudo “Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos” da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que os rendimentos mensais (brutos) de entregadores autônomos tipicamente variam de R\$2.058,39 a R\$3.477,60 (mais detalhes no [Anexo I](#)). Assim, avaliamos que há um potencial de aumento de renda significativo para aqueles que possuem uma renda mensal bruta inferior a R\$ 2.000,00.

Destaca-se que a renda auferida pelos clientes da Mottu é utilizada para sustentar não apenas os próprios entregadores. Segundo dados coletados pela Companhia, a renda gerada pelos locatários sustenta, em média, 3,27 pessoas (incluindo os próprios locatários).

Para efeito de comparação com a realidade brasileira analisamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), para o 1º trimestre de 2024. O rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente e efetivamente recebidos no trabalho principal, por posição na ocupação no trabalho principal era de **R\$ 3.033,00**.

De fato, apenas os estados do Maranhão e Ceará apresentaram rendimentos médios inferiores à R\$ 2.000 (valor limite de renda definido no *Framework*) no 1º trimestre de 2024.

Ainda, segundo levantamento do Serasa, bancos costumam negar 44% das solicitações de acesso a empréstimos,

	financiamentos e outras concessões financeiras para aqueles que recebem menos de cinco salários-mínimos por mês, sendo a baixa renda o principal motivo para recusa de concessão de crédito⁷. Assim, entendemos que há fundamentos para afirmar que a população definida é vulnerável em termos de renda e acesso à crédito. O segundo critério de elegibilidade define como população-alvo pessoas negras (pretas ou pardas)⁸. Essa população frequentemente descende de pessoas que no passado recente foram escravizadas, e continuam sendo alvo de preconceitos e opressão racial. Mesmo após 136 anos a abolição da escravidão no Brasil o contexto de profundas desigualdades entre brancos e negros persiste. As desvantagens enfrentadas pela população negra vão além da narrativa histórica e podem ser observadas em indicadores socioeconômicos como emprego e renda, escolaridade, acesso a bens e serviços, acesso a crédito, entre outros. Diante disso, avaliamos que essa população pode ser considerada vulnerável sob diversos aspectos. O cenário econômico no Brasil, principalmente em termos de emprego e renda, foi bastante desafiador após 2015. Do final de 2016 até meados de 2022 as taxas de desemprego ficaram acima de 10%, gerando uma grande busca por alternativas de geração de renda, dentre as quais destaca-se o emprego informal⁹. Apesar de uma melhora recente nos indicadores de renda e emprego, o Brasil possuía, segundo dados da PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - do 1º trimestre 2024, cerca de 8,6 milhões desempregados e 3,6 milhões desalentados¹⁰. Conforme detalhado no Anexo I, a taxa de desemprego para homens e mulheres negras era superior à de homens e mulheres brancas, respectivamente. De fato, conforme destacado no relatório "As dificuldades da população negra no mercado de trabalho"¹¹ do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), "A discriminação racial acontece primeiramente na maior dificuldade de inserção dos negros no mercado de trabalho. A taxa de desocupação dos negros é sistematicamente superior à dos demais trabalhadores.".
--	---

⁷ <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/07/4940108-pessoas-de-baixa-renda-tem-menos-acesso-a-credito-no-brasil.html#:~:text=Serasa%20aponta%20que%2044%25%20das,os%20consumidores%20de%20maior%20renda&text=Levantamento%20divulgado%20pelo%20Serasa%20aponta,contrata%C3%A7%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito%20no%20pa%C3%ADs>.

⁸ Conforme definido na [Lei 12.288/2010](#), "população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga."

⁹ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23325-desafios-do-mercado-de-trabalho-alimentam-debate-sobre-direitos>

¹⁰ <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> - Acesso em 12/06/2024.

¹¹ <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.pdf>

	O mesmo vale para a taxa de informalidade no mercado de trabalho: dados da PNADC¹² mostram que 29,55% dos trabalhadores brancos e 40,99% dos trabalhadores negros não contribuíam para o sistema de previdência social (INSS) no 1º trimestre de 2024. Entre as mulheres, 27,08% das trabalhadoras brancas e 38,33% das trabalhadoras negras não constavam como contribuintes da previdência. Trabalhadores informais estão desamparados pelo sistema de seguridade social, os colocando em uma situação precariedade e vulnerabilidade. Mais detalhes sobre a análise de vulnerabilidade do público-alvo selecionado estão descritos no Anexo I. Benefícios sociais associados: Espera-se que o aluguel das motos a serem adquiridas pela Mottu aos clientes que se enquadram no perfil de vulnerabilidade definido no <i>Framework</i> permitam que esse público tenha acesso a oportunidades de emprego e aumento de renda, gerando melhoras nas condições de vida destes trabalhadores. O modelo de negócios da Mottu visa oferecer de forma ágil o aluguel de motocicletas a um baixo custo a pessoas que possuem dificuldade de ter acesso a crédito, seja por conta das altas taxas praticadas por instituições financeiras tradicionais, pela necessidade de dar uma entrada por vezes inacessível para iniciar o financiamento, ou pela ausência de garantias exigidas por bancos e cooperativas de crédito. A Mottu não faz <i>background check</i> de crédito de seus clientes, dando oportunidade para que pessoas vulneráveis do ponto de vista de renda e acesso a crédito utilizem as motocicletas como uma ferramenta de trabalho, com foco no ecossistema de entregadores. A Mottu possui diversos planos de aluguel disponíveis, com diferentes prazos de duração, valores e condições, que dão flexibilidade para que os clientes escolham aquele que melhor se adequa às suas necessidades. Atualmente, os planos exigem o pagamento das diárias de aluguel de forma antecipada, em frequência semanal ou mensal. Mais detalhes sobre os planos estão disponíveis no <i>website</i> da Mottu¹³. Nesse sentido, informações levantadas pela empresa em questionários realizados com os clientes mostram que eles possuem um perfil majoritariamente vulnerável sob diversos aspectos. Em 2023: • 96% dos clientes viviam em bairros onde a renda média per capita era de até 0,9 salários-mínimos¹⁴; • 70% eram pessoas negras (pretos ou pardos);
--	---

¹² https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2024/05/completo_01_2024.pdf

¹³ <https://mottu.com.br/aluguel/>

¹⁴ A estimativa foi realizada a partir do cruzamento dos dados de domicílios dos clientes com os dados sobre as rendas médias dos bairros.

- Apenas 7,3% possuíam ensino superior completo¹⁵.

Em termos de renda, os dados mostram que, antes de alugar um moto da Mottu, 58% dos clientes possuíam renda mensal de até R\$ 2.000,00 ou eram desempregados, situação que parece melhorar após a locação da moto, como apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Número de clientes por faixa de renda mensal, antes e após alugar uma moto da Mottu

Renda pessoal	Antes da Mottu	Depois da Mottu
Acima de R\$ 4.000,00	2.750 (7%)	3.074 (8%)
Entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00	3.978 (10%)	6.169 (16%)
Entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00	9.363 (24%)	10.707 (27%)
Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 2.000,00	16.913 (43%)	10.850 (28%)
Menos de R\$ 1.000,00	3.087 (8%)	2.532 (6%)
Desempregado	2.914 (7%)	1.296 (3%)
Prefere não responder ¹⁶	N/A	4.381 (11%)

Fonte: Mottu

Observa-se um aumento no número de pessoas situadas em cada uma das três faixas superiores, em especial na faixa de pessoas com renda mensal entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00, cujo aumento foi de 55%¹⁷.

Ainda, houve uma queda no número de respondentes que afirmavam estar em faixas de renda inferiores ou que estavam desempregadas. Contudo, tendo em vista que um número significativo de pessoas preferiu não responder, não é possível comparar com precisão qual a magnitude de tal redução.

De forma complementar à análise de renda, a Mottu investiga, de forma qualitativa, se houve uma melhora na qualidade de vida dos clientes depois de alugar uma moto com a Mottu. Durante o período analisado (entre janeiro de 2023 e abril de 2024) 81% dos clientes responderam que "Sim".

Avaliamos que a ausência de evidências científicas concretas sobre a dinâmica de geração de benefícios é uma lacuna a ser considerada. Contudo, nota-se que tanto o percentual de clientes que declararam melhoria de vida quanto o número de clientes posicionados nas faixas de renda superiores aumentaram, sugerindo que o aluguel da moto pode ser uma variável que gera benefícios sociais.

Assim, entendemos que as evidências apresentadas com base nas pesquisas internas da Mottu, junto aos critérios de vulnerabilidade selecionados, são satisfatórias para afirmar que o

¹⁵ Em contraposição, dados do IBGE divulgados pela [Folha](#) indicam que, em 2022, 20,7% dos brasileiros de 25 a 64 anos possuíam ensino superior completo.

¹⁶ A opção "prefiro não responder" apenas estava disponível no questionário realizado após alugar a motocicleta.

¹⁷ Esse dado pode não ser preciso, tendo em vista que um percentual significativo de preferiu não responder à pergunta. Contudo, o risco aqui é de subestimar o aumento.

	modelo de negócios tem potencial para geração de benefícios sociais tangíveis. Entretanto, não há indícios de que tais benefícios são suficientes para tirar os clientes da Mottu de uma situação de vulnerabilidade. Alinhamento com <i>standards</i> de sustentabilidade: No contexto dos <i>Social Bond Principles (SBP)</i>, e considerando que os serviços prestados pela Mottu promovem oportunidades de geração de emprego e renda, futuras operações amparadas pelo <i>Framework</i> se enquadram nas categorias de projetos que visam: • Geração de empregos ou programas destinados à prevenção e/ou alívio do desemprego decorrente de crises socioeconômicas, incluindo por meio do efeito potencial do financiamento de pequenas e médias empresas; • Avanço socioeconômico e empoderamento, por meio do acesso à serviços, recursos e oportunidades. O <i>Framework</i> também está alinhado ao objetivo de “Melhorar a acessibilidade à infraestrutura econômica básica, incluindo a inclusão financeira” da Taxonomia Social da União Europeia¹⁸, e com a categoria de Finanças Inclusivas do Mapa de Investimento de Impacto (PRI)¹⁹. Alinhamentos com a agenda 2030: Não obstante, o uso de recursos elegível também está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que definem as prioridades globais de desenvolvimento sustentável para 2030. Mais especificamente ao ODS 8 (“Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”), conforme mostra a Tabela 2. Tabela 2 - ODS e metas aplicáveis <table><tr><th>ODS</th><th>Metas aplicáveis</th></tr><tr><td></td><td>8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.</td></tr></table> <i>Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.</i> Nível de alinhamento com as melhores práticas no SBP 1: Considerando que o uso de recursos será destinado a despesas de capital (CAPEX), que ele está alinhado às principais taxonomias de finanças sociais e que foi definida uma população-alvo vulnerável, mas que não há evidências de que os serviços são suficientes para retirar os clientes de situações de vulnerabilidade, e que os recursos podem ser direcionados exclusivamente para reembolso ou refinanciamento de gastos, o nível de	ODS	Metas aplicáveis		8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
ODS	Metas aplicáveis				
	8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.				

¹⁸ <https://commission.europa.eu/system/files/2022-03/280222-sustainable-finance-platform-finance-report-social-taxonomy.pdf>

¹⁹ <https://www.unpri.org/download?ac=5426>

	alinhamento do <i>Framework</i> frente ao SBP 1 - 'Uso de Recursos' foi considerado como "Satisfatório".
Processo para Seleção e Avaliação de Projetos 	Alinhamento do Framework com a estratégia da Mottu: Conforme mencionado acima, a Mottu é uma <i>startup</i> focada no aluguel de motos de baixo custo tendo como principais clientes entregadores e mototáxis, que utilizam as motos alugadas como ferramenta de trabalho e fonte de renda. O modelo de negócios da Companhia foi desenhado justamente para atender a um perfil de clientes de baixa renda, que por vezes não possui moto própria ou acesso a crédito, oferecendo a esse público uma alternativa aos meios tradicionais de ingressar no mercado de trabalho de entregas e mototáxi. A elaboração do <i>Framework</i> tem como objetivo estabelecer as diretrizes necessárias para que a Mottu realize a captação de recursos por meio de instrumentos rotulados (sociais), alinhando sua estratégia de financiamento à sua estratégia de sustentabilidade, e sinalizando a potenciais investidores que as emissões rotuladas seguem padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência, conforme definidos no <i>Framework</i>. Assim, avaliamos que o <i>Framework</i> está alinhado à estratégia ASG do emissor. Gestão ASG interna: Apesar de ser uma <i>startup</i> recente, a Mottu já possui algumas práticas e políticas que visam seguir boas práticas de mercado no que diz respeito à gestão dos potenciais impactos de sua operação a <i>stakeholders</i> e meio ambiente. Em termos ambientais destaca-se o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, realizado junto à uma consultoria ambiental especializada, que estabelece as diretrizes em relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no processo produtivo e operação de atividades da Mottu, incluindo o descarte adequado de peças e motos ao final de seu ciclo de vida. A Companhia possui uma Política de Segurança da Informação e Privacidade, visando atender aos requisitos de segurança da informação e privacidade de dados. Também dispõe de políticas dedicadas à prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e de crimes envolvendo simulação ou ocultação de recursos financeiros. Por fim, foram estabelecidas diretrizes éticas a serem seguidas por funcionários, clientes, sócios, e outros <i>stakeholders</i>, que buscam garantir a integridade e conformidade com todas as leis, regulamentos e padrões éticos aplicáveis ao negócio. Destaca-se a existência de um questionário de integridade de fornecedores, que contém cláusulas específicas obrigando as partes a cumprir com a legislação trabalhista em vigor. A Companhia afirma possuir mecanismos específicos para o recebimento de denúncias, inclusive anônimas, e repudia quaisquer

	atos de represália ou retaliação intentados contra denunciantes de boa-fé. As denúncias registradas no Canal de Ética da Mottu ficam sob responsabilidade da área jurídica. Gestão de impactos ASG da operação: O aspecto mais relevante da gestão ASG da empresa diz respeito a seu relacionamento com clientes, orientada, principalmente, pelos Termos e Condições Gerais do Contrato de Locação de Veículos ("Contrato"), disponíveis no website da Mottu²⁰. O Contrato estabelece quais os direitos e deveres da Locadora (Mottu) e dos clientes. Considerando que a maior parte das motos alugadas são utilizadas para a realização de entregas e mototáxi por clientes inseridos no contexto da <i>gig economy</i>²¹, o Contrato foi analisado pela ERM com o intuito de verificar se as condições impostas corroboram para a geração de benefícios sociais esperada. Essa análise é especialmente relevante tendo em vista que esses trabalhadores, frequentemente classificados como autônomos, não são amparados pelas regras da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), não tendo acesso a garantias legais associadas ao mercado formal de trabalho como seguro-desemprego, férias remuneradas, adicionais de periculosidade, licença médica, entre outros. Isso cria uma situação de vulnerabilidade, especialmente em casos de doenças ou acidentes de trabalho, nas quais a falta de cobertura e proteção social podem ter consequências graves. Buscando evitar danos às suas motocicletas, e prezando pela segurança dos clientes, o Contrato descreve uma série de situações que podem ser caracterizadas como "mau uso" do veículo. As situações descritas são diversas, incluindo tanto comportamentos inadequados e ilegais, como dirigir sob o efeito de álcool, quanto situações que fogem do controle dos clientes, como acidentes de trânsito ou furto. Independentemente do motivo, o Contrato prevê que a Locadora possui o direito de rescindir o contrato imediatamente, sem realizar qualquer notificação e sem mais formalidades, aplicando o bloqueio do veículo e a cobrança de penalidades, que envolvem a multa rescisória (30% do valor restante do contrato de locação) e outras cobranças relacionadas a eventuais danos no veículo ou custos incorridos pela Mottu (mais detalhes podem ser acessados no Contrato). Apesar do Contrato prever que a rescisão automática pode ocorrer a exclusivo critério da Mottu, a Companhia afirmou que, na prática, isso ocorre apenas quando é caracterizado o mau uso do veículo.
--	--

²⁰ <https://mottu.com.br/wp-content/uploads/2023/09/termos-do-contrato-de-locacao.pdf> - Acesso em 03/06/2024.

²¹ Apesar de não existir uma definição única sobre o que é a *gig economy*, ela tipicamente é descrita como um arranjo de trabalho que se caracteriza pela utilização de plataformas digitais que conectam prestadores de serviços autônomos com seus consumidores.

	Outro aspecto relevante é que, em casos de pane ou defeito dos veículos, a disponibilização de um novo veículo aos clientes poderá ocorrer “por total liberdade da Locadora, e havendo disponibilidade”. A Mottu não possui nenhuma obrigação de ressarcir valores de diária ou substituir veículos em situações de manutenção, revisões periódicas ou <i>recalls</i>, independentemente do tempo de duração dos serviços. Essas condições se aplicam mesmo que não tenha ocorrido mau uso dos veículos, ou seja, os clientes podem, por tempo indeterminado, ficar sem acesso aos veículos, tendo ou não causado qualquer tipo de dano às motos. As tarifas relacionadas aos serviços adicionais prestados pela Mottu aos clientes (excluindo o aluguel) são definidas de forma unilateral pela Companhia, e dispostas no Contrato. Tais tarifas podem ser atualizadas “a qualquer tempo, e sem necessidade de aviso prévio”. Dentre os custos que podem ser imputados aos clientes estão avarias e indenizações a terceiros por acidentes, assistências realizadas pela Mottu, taxas de recolhimento do veículo, reembolsos à Mottu por furto ou roubo dos veículos, lucros cessantes que a Locadora deixou de auferir por conta de furtos ou roubos, entre outros. As cobranças são limitadas aos valores estabelecidos no contrato, mas ocorrem a exclusivo critério da Locadora, o que consideramos gerar um risco significativo aos clientes, pois eles podem ser onerados sem necessariamente terem condutas inadequadas. Tais tarifas estão dispostas no Anexo II. O Contrato também prevê que “Em caso de acidente de trânsito envolvendo o Locatário, o contrato permanecerá ativo, e caso o cliente queira rescindir antecipadamente, estará sujeito à multa prevista na cláusula 6.2.”. Questionada sobre o tema, a Mottu informou que, em casos nos quais o cliente fica temporariamente incapacitado, há o congelamento do contrato, sem cobranças adicionais. Ressalta-se que as condições de contrato mencionadas acima são um padrão para esse tipo de serviço não sendo, portanto, algo inesperado considerando o escopo de atuação da Mottu. Contudo, tendo em vista que a linguagem contratual inclui jargões jurídicos que podem não ser claros para o público em geral, e visando dar clareza quanto às condições de locação, a Mottu realiza um processo de <i>onboarding</i> obrigatório, feito tanto no app quanto presencialmente, que possui explicações sobre as principais condições contratuais por meio de vídeos e telas com linguagem simples. Outro aspecto essencial no que diz respeito à gestão dos impactos ASG das operações é a saúde e segurança dos clientes. Atividades em motocicletas possuem um alto risco de acidentes, colisões, atropelamentos, entre outros. A periculosidade das atividades de trabalhadores em motocicletas é, inclusive, reconhecida no §4º do Art. 193 da CLT²², sendo motociclistas que trabalham
--	---

²² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

	sobre o regime da CLT elegíveis a receber um adicional de 30% sobre seus salários como forma de compensação por tal condição. Nesse sentido, a Mottu realiza manutenções preventivas periódicas dos veículos alugados, sem custo aos clientes. O objetivo é garantir o bom funcionamento de todos os componentes da motocicleta, dando segurança e mais tempo de trabalho disponível para o cliente, além de reduzir o número de acidentes causados por defeitos ou desgaste excessivo dos veículos, apontado como um dos fatores relacionados ao alto número de sinistros envolvendo motocicletas por uma pesquisa recente do Departamento de Trânsito (Detran) do Distrito Federal²³. Além disso, a Mottu afirmou que seu sistema de rastreamento de motos permite o mapeamento de bons e maus comportamentos dos clientes, e que pretende desenvolver projetos para incentivar e orientar os condutores a pilotarem suas motos de maneira mais segura. Um exemplo deste tipo de tecnologia é o envio de notificações caso seja identificado que os condutores estão alta velocidade (ainda não implementado). Apesar das ações citadas acima, a Mottu não realiza o monitoramento e comparação da taxa de acidentes envolvendo seus clientes frente a pares ou <i>benchmarks</i>. Avaliamos que esse monitoramento seria uma medida importante para verificar se as ações realizadas estão surtindo o efeito desejado em relação a segurança dos clientes. Ainda, nos 12 meses encerrados em 31/05/2024, a Mottu possuía 4.208 reclamações no website do ReclameAqui, muitas das quais relacionadas a bloqueios indevidos das motos, cobranças inadequadas, problemas com o aplicativo, descaso na manutenção preventiva das motos, disponibilização de motos com problemas técnicos, entre outros. As reclamações não foram respondidas pela Mottu, que possui como política interna não responder ao canal "Reclame Aqui", atendendo aos clientes apenas pelos seus canais oficiais. Segundo a Mottu, a Companhia recebe aproximadamente 40 reclamações/mês pelos meios judiciais válidos, quais sejam, PROCON e justiça. Historicamente a Mottu afirmou que 70% dos casos em disputa judicial foram decididos em favor da Mottu. Considerando o conteúdo e número de reclamações no ReclameAqui (quase nove vezes superior às queixas registradas no PROCON e na justiça), avaliamos que há riscos de que grande parte das queixas dos clientes fiquem em aberto, impactando-os negativamente. Quanto a possíveis impactos ambientais, destaca-se a emissão e gases de efeito estufa (GEE) gerados por meio da combustão de
--	--

²³ <https://www.onsv.org.br/blog-do-observatorio/as-principais-causas-de-sinistros-com-motociclistas#:~:text=Outros%20fatores%20que%20contribuem%20para,se-gura%20do%20ve%C3%ADculo%20%C3%A0%20frente.>

	combustíveis fósseis utilizados nas motocicletas da Mottu. O uso de combustíveis fósseis gera emissões significativas de GEE, estando, portanto, desalinhadas às metas de descarbonização do Acordo de Paris. Contudo, não há evidências que indiquem que o aluguel de motos gere um aumento nas emissões de GEE. De fato, as motocicletas da Mottu são de baixa cilindrada (110cc), e são eficientes em termos de uso de combustível, percorrendo quase 65 km/litro de gasolina abastecido. Segundo dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), motos com menos de 150cc tiveram, em 2022, um desempenho médio de 57,1 km/litro²⁴, inferior ao apresentado pelas motos da Mottu. Ainda, é possível inferir que as emissões de GEE das motos alugadas são inferiores a outros modais de transporte particular substitutos como carros e outros veículos leves. Por fim, destaca-se que foi identificada uma controvérsia de alta severidade envolvendo a Mottu, relacionada a uma investigação sobre supostas agressões sofridas por um cliente por funcionários da Mottu, que teriam culminado na morte do entregador. Apesar de ser um caso isolado, consideramos que o conteúdo e a severidade do caso indicam uma lacuna nos processos internos da Mottu. Mais informações na seção 3. Processo de seleção e avaliação dos projetos: Conforme mencionado na seção de Uso de Recursos, serão elegíveis para compor o lastro das operações rotuladas desembolsos relacionados à aquisição de motocicletas destinadas a serem alugadas para clientes que as usem como ferramenta de trabalho e que sejam pessoas negras (pretas ou pardas) ou cuja renda mensal seja inferior a R\$ 2.000,00 mensais. Os critérios foram definidos pela equipe da Mottu com base nas informações disponíveis sobre os clientes e buscando se alinhar ao conceito de público-alvo vulnerável dos SBP. Ainda, espera-se que as definições potencializem os impactos sociais gerados pela operação, principalmente em termos de renda e criação de oportunidades de emprego os grupos definidos. Os dados socioeconômicos dos locatários são coletados por meio de pesquisas de periodicidade mensal conduzidas pela Mottu com seus clientes. Segundo a Mottu, foram coletadas respostas de aproximadamente 40 mil pessoas, cerca de 70% da base de clientes da Companhia. Entendemos que a quantidade de respostas é suficiente para termos um alto grau de confiança na pesquisa. Os questionários são preenchidos pelos clientes enquanto eles aguardam manutenções das suas motocicletas. Eles são convidados a responder questões sobre tópicos como: razão da utilização das motos, probabilidade de recomendação, perfil de
--	--

²⁴ Dados do no [Fator de Emissões](#) do Relatório de Emissões Veiculares no Estado São Paulo – CETESB.

	ganhos antes e após utilização da Mottu, etnia, nível de escolaridade, satisfação com os serviços, entre outros. A questão em relação ao uso da moto passou a ser aplicada somente em dezembro de 2023. Por outro lado, as perguntas sobre etnia e renda (antes e após a utilização da Mottu) estão passando por um processo de revisão, e não foram coletadas em 2024 até o momento, de forma que o cruzamento destes dados não foi possível. A Mottu se comprometeu a aplicar as perguntas novamente no futuro, de forma a coletar as informações necessárias para a comprovação do lastro social, associado a população-alvo definida. As perguntas relacionadas a renda, que visam comparar os rendimentos dos clientes antes e após fazer a parceria com a Mottu, são as seguintes: I) Quanto costumava ganhar antes de alugar a moto da Mottu? II) Mensalmente, quanto você costuma receber atualmente? Os clientes escolhem dentre uma das opções oferecidas, conforme as faixas de rendimento descritas na Tabela 1. Apesar de não ser possível auferir qual a renda média dos clientes com base nas respostas, é possível verificar quais faixas de rendimento concentram a maior parte dos clientes, e, com isso, fazer inferências sobre um possível aumento de renda após alugar a moto da Mottu. Também é questionado se “Depois de alugar uma moto conosco sua qualidade de vida melhorou?”, sendo as respostas possíveis “Sim” e “Não”. Conforme mencionamos, 81% dos clientes respondem que “Sim”. Considerando que os questionários continuarão sendo aplicados e seus resultados monitorados pelas equipes operacional e financeira da Mottu, e que as perguntas permitem acompanhar tanto a carteira de clientes frente aos critérios de elegibilidade definidos quanto os indicadores de impacto social elencados, avaliamos que o processo de seleção e avaliação é adequado e permite o acompanhamento constante dos principais aspectos relacionados ao rótulo social do <i>Framework</i>. Nível de alinhamento com as melhores práticas no SBP 2: Considerando os critérios de elegibilidade estão claros e bem definidos, que há um processo robusto de acompanhamento destes critérios e dos indicadores de benefícios, e um forte alinhamento do <i>Framework</i> com a estratégia operacional da empresa, mas que o contrato de locação de motos aloca grande parte dos riscos aos locatários e que a Companhia está envolvida em uma controvérsia de alta severidade, avaliamos que o nível de
--	---

	alinhamento do <i>Framework</i> frente ao princípio SBP 2 - 'Processo para seleção e avaliação de projetos' é "Confortável".
Gestão de Recursos 	Procedimentos para gestão dos recursos: As operações sociais que utilizarão o <i>Framework</i> como base poderão ter os recursos líquidos captados para financiar, refinanciar ou reembolsar, total ou parcialmente, um ou mais investimentos futuros ou existentes da Companhia, desde que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Os recursos líquidos captados serão administrados pela unidade competente e gerenciados pelo departamento financeiro através de sistemas de rastreamento interno. O monitoramento ocorrerá de forma contínua ao longo de todo período de maturidade dos títulos ou empréstimos sociais, ou até que haja a alocação completa dos recursos. Tendo em vista o escopo do uso de recursos definido no <i>Framework</i>, os lastros das operações sociais serão equivalentes a, no máximo, o percentual de clientes considerados elegíveis conforme os critérios definidos, considerando o prazo do uso de recursos. Por exemplo, caso os recursos sejam usados para o reembolso de despesas realizadas nos 12 meses anteriores à data da emissão, o lastro social deverá considerar a proporção de clientes enquadrados como público-alvo vulnerável neste mesmo período. A comprovação do direcionamento dos recursos ocorrerá com base nas pesquisas internas realizadas pela Mottu com seus clientes, e no CAPEX para a compra de motos, conforme os prazos estabelecidos. Caso seja verificada alguma falha no processo de direcionamento de recursos a Companhia se compromete a, no prazo de até 3 meses, redirecionar os recursos para fins elegíveis, em linha com as melhores práticas de mercado. A Companhia se comprometeu a rastrear os investimentos realizados de forma a evitar que os recursos captados sejam destinados a projetos que já foram alvo de outras operações rotuladas ou que o valor captado seja superior o lastro social disponível. O uso de recursos das operações será relatado anualmente, e passará por verificação externa, reduzindo os riscos de dupla contagem. O <i>Framework</i> não prevê que os instrumentos sociais contarão com cláusulas de correção e penalidades em caso de não cumprimento dos critérios de elegibilidade estabelecidos na seção de "Uso de Recursos". Ressalta-se que a inclusão de cláusulas dessa natureza é importante para dar mais segurança aos investidores de que o uso de recursos respeitará as condições previamente acordadas. Recursos temporariamente não alocados: A Companhia se comprometeu, até que haja a alocação total dos recursos líquidos

	captados por meio de instrumentos rotulados amparados pelo <i>Framework</i>, a manter os recursos em caixa por meio de investimentos em instrumentos financeiros emitidos por bancos com <i>rating</i> AAA, conforme indicado por agências de classificação de risco. São permitidos investimentos nos seguintes instrumentos: • Certificados de Depósito Bancário (CDBs); • Operações compromissadas; • Letras Financeiras. Os instrumentos listados financiam as operações de instituições financeiras como um todo, representando um baixo risco de contaminação. Nível de alinhamento com as melhores práticas no SBP 3: Considerando que há mecanismos ágeis de redirecionamento de recursos, que haverá o monitoramento anual da alocação dos recursos, e que os investimentos temporários serão em instrumentos com baixo risco de contaminação, mas que não são previstas cláusulas de penalização para o uso indevido dos recursos, e que os recursos não serão segregados em contas exclusivas, avaliamos que o nível de alinhamento do <i>Framework</i> frente ao princípio SBP 3 - 'Gestão de recursos' pode ser considerado "Confortável".
Relato 	Práticas de relato e indicadores de alocação e impacto: A Mottu se comprometeu em monitorar e relatar indicadores financeiros e sociais relacionados à categoria de financiamento elencada no <i>Framework</i>, dando transparência aos investidores em relação à elegibilidade dos projetos, aos benefícios sociais esperados e a alocação de recursos captados. Conforme definido no <i>Framework</i>, as informações poderão ser reportadas por meio de um relatório próprio ou incluídas em relatórios de sustentabilidade ou financeiros. Cada operação social contará com um relato próprio, que deverá ocorrer em periodicidade anual até a data de vencimento dos títulos ou empréstimos. Os relatos serão disponibilizados apenas aos investidores, via e-mail. O reporte incluirá os seguintes indicadores de vulnerabilidade e impacto: • Percentual de clientes sem ensino superior completo (%); • Percentual de clientes que não possuem o ensino médio completo (%); • Percentual de clientes que se identificam como negros (pretos e pardos) (%); • Percentual de clientes que autodeclararam melhoria em sua qualidade de vida (%); • Percentual de clientes que possuem renda familiar abaixo de R\$ 2.000,00 antes e depois de se tornarem clientes da Mottu (%); • Indicador de satisfação dos serviços prestados (NPS); • Número de clientes da Mottu (nº absoluto);

	- Emissões evitadas (gCO₂/km e gCO/km)²⁵. Avaliamos que os indicadores selecionados são abrangentes e relevantes, permitindo que seja feita uma avaliação apropriada dos benefícios sociais gerados. Por outro lado, não haverá a segmentação dos indicadores conforme os públicos-alvo definidos, dificultando a mensuração de impacto para essas populações (os indicadores serão apresentados considerando toda a base de clientes da Mottu). Também serão relatados indicadores financeiros e de alocação, conforme definidos no <i>Framework</i>. São eles: - Volume de recursos captados (R\$); - Proporção de investimentos futuros em contraponto a reembolsos e refinanciamento (considerando a data da captação); - Proporção de recursos alocados (considerando a data do reporte); - Instrumentos financeiros nos quais foram mantidos os recursos temporariamente não alocados (em R\$ e %). Conforme estabelecido no <i>Framework</i>, cada operação passará por única verificação externa a ser realizada em até 18 meses após a data de emissão. O avaliador externo elaborará um relatório verificando se o uso dos recursos respeitou os critérios e processos estabelecidos no <i>Framework</i> e se os impactos esperados se concretizaram. Os relatórios de verificação externa também deverão ser divulgados aos investidores. Destaca-se que o <i>Framework</i> não estabeleceu uma data limite para que sejam realizadas tais verificações. Por fim, a Mottu se comprometeu em divulgar aos investidores o <i>Framework</i>, assim como este parecer de segunda opinião, dando transparência para o processo realizado. Nível de alinhamento com as melhores práticas no SBP 4: Considerando cada captação contará com um relato anual de impacto e alocação, que contará com os indicadores de impacto e financeiros adequados, e que passarão por verificações externas independentes em até 18 meses após a data de emissão dos títulos, mas que tais informações serão disponibilizadas somente aos investidores, e que cada operação contará apenas com uma verificação externa, avaliamos que o nível de alinhamento do <i>Framework</i> frente ao princípio SBP 4 - 'Relato' é "Satisfatório".
--	---

²⁵ Conforme definido no *Framework*, o cálculo de emissões evitadas será realizado com base comparação entre o consumo médio de combustível das motocicletas alugadas e a média de consumo das motocicletas da Honda, modelo CG 160cc. O fator de emissão utilizado será de 2.28 kg CO₂/L de gasolina.

Equipe técnica responsável



Renato Silva

Consulting Senior Associate

renato.carvalho@erm.com



Camila Toigo

Managing Consultant

camila.toigo@erm.com



Cristóvão Alves

Partner

cristovao.alves@erm.com

São Paulo, 28/06/2024

3. Performance ASG da Mottu

A Mottu é uma empresa brasileira que iniciou suas operações em 2020 com o intuito de oferecer aluguel de motocicletas a baixo custo para pessoas sem acesso à crédito. Seu principal negócio envolve o aluguel de motocicletas para entregadores autônomos que atuam em plataformas. Em 2021, com o objetivo de criar um ecossistema completo para os entregadores, foi criado o Mottu Entregas, uma plataforma que conecta entregadores aos restaurantes e varejistas de um modo geral.

A análise ASG da Mottu tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar impactos socioambientais associados aos serviços oferecidos. Dessa maneira, é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que os projetos descritos no *Framework* sejam elegíveis para emissões rotuladas como “Social”.

Nesse contexto, foi realizada uma avaliação de políticas e práticas da empresa com base em documentos e informações públicas e confidenciais. Adicionalmente, foram pesquisados fatos controversos de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a Companhia.

Ambiental

Os principais impactos ambientais relacionados à operação da Mottu envolvem a geração de resíduos sólidos, tema tratado pela empresa por meio de seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), e emissões de GEE relacionados às motocicletas alugadas.

O PGRS apresentado pela Companhia que tem por objetivo estabelecer critérios contemplando aspectos referentes à geração, caracterização, classificação, formas de quantificação, formas de segregação, meios de transporte interno, formas e critérios para armazenamento ou acondicionamento, meios de controle e registro, sua divulgação, transporte externo e destinação final ou tratamento, bem como a eliminação dos riscos, à proteção da saúde e do meio ambiente, utilizando para tanto as licenças e certificações que se fizerem necessárias.

Quanto às emissões de GEE, a Mottu afirma que as motocicletas disponibilizadas para aluguel são mais eficientes do que motocicletas comparáveis tanto em termos de consumo de combustível (conforme destacado na seção [Opinião](#)), quanto em relação a emissões de GEE. De acordo com o Ensaio de Proficiência em Emissões de Motociclos apresentado pela Mottu, uma moto comum emite cerca de 60 gCO₂/km²⁶, enquanto a da Mottu chega a 35 gCO₂/km. Verificamos que a Mottu não divulga inventário de emissões.

²⁶ [Ensaio de Proficiência de Emissões de Motociclos \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

Por fim, observar-se que a Mottu não apresenta políticas quanto ao uso de energia e recursos naturais, como água.

Social

A Companhia possui diversas políticas para dar transparência e regulamentar o trabalho dos funcionários, buscando garantir o bem-estar de todos. A Política de Absenteísmo, por exemplo, explica os procedimentos a serem adotados pela Mottu em casos de faltas, atrasos e abandonos não justificados por qualquer de seus empregados. É válido ressaltar que o controle horário é feito a partir de ponto eletrônico e banco de horas. Em linha com o previsto em legislação, a Política de Férias, reafirma o direito do funcionário a receber 30 dias de férias por cada 12 meses trabalhados.

Ademais, a Mottu possui uma Política da Segurança da Informação e Privacidade, que objetiva estabelecer diretrizes gerais da Segurança da Informação e Privacidade, de modo a permitir condutas adequadas à segurança da informação, a privacidade de dados, a proteção legal da empresa e do indivíduo. Ainda, estabelece as formas pelas quais a empresa coleta, acessa, processa, armazena, usa, protege, compartilha e, de outras formas, trata as informações disponibilizadas pelos clientes, fornecedores, parceiros e qualquer pessoa que possua relações com a empresa.

A empresa possui uma Política de *Compliance* que contém medidas de prevenção do assédio, diretrizes para a interação com órgãos públicos e identificação de conflitos de interesses, além de garantir a existência de um canal de comunicação para que funcionários possam realizar denúncias e questionamentos. Embora a empresa possua montadoras de veículos, a Mottu afirmou não possuir políticas de saúde e segurança para os funcionários, ela também não divulga indicadores relacionados.

A Mottu possui um questionário de integridade para seus fornecedores, que visa mapear eventuais conflitos de interesses ou relacionamento com pessoas politicamente expostas na cadeia de suprimentos, além de possuir cláusulas que obrigam seus parceiros a cumprir a legislação trabalhista.

A Companhia afirmou não possuir políticas de diversidade e não discriminação. É válido observar que, conforme a apresentação institucional da Mottu, a alta direção da Companhia é pouco diversa, sendo composta exclusivamente por homens.

Foi verificado que Mottu não consta no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo (Lista Suja do Trabalho Escravo²⁷). O referido Cadastro é disponibilizado e divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

²⁷ https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf

Governança Corporativa

A Mottu possui política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes relacionadas à prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, além de demais crimes envolvendo simulação ou ocultação de recursos financeiros, conforme previsto na regulamentação do Banco Central do Brasil.

A Política de *Compliance* mencionada acima também estabelece diretrizes para a gestão de conformidade a fim de garantir que a Mottu opere com integridade e de acordo com as leis, regulamentos e padrões éticos aplicáveis.

Controvérsias

Por meio de pesquisa em portais fiscalização ambiental e trabalhista, verificamos que a Mottu não possui débitos trabalhistas ou embargos ambientais no Ibama. Além disso, foi realizada uma pesquisa de mídia acerca de casos com repercussão negativa envolvendo a Mottu. Na tabela abaixo, consta o único caso identificado, sendo ele de alta severidade.

Tabela 3 - Controvérsias envolvendo a Mottu

Controvérsias	Nível de Severidade	Responsividade
Ago/2023: Segundo a reportagem, um homem que trabalhava como entregador de farmácia em Uberlândia foi vítima de agressões por parte de funcionários da Mottu, empresa da qual o entregador alugava uma moto. O homem foi encontrado morto em sua casa, e vídeos em seu celular mostram trechos do início da briga que pode ter resultado nas agressões e morte do entregador. O caso ainda estava sendo investigado pela polícia.²⁸	Alto	Proativa: Segundo a Mottu, o caso em questão é um fato isolado. Ao longo dos últimos anos a Mottu teve mais de 90 mil serviços de rua e nunca tinha sofrido qualquer incidente do tipo. A Companhia afirmou que prestou e prestará, sempre que necessário, todos os esclarecimentos às autoridades no âmbito da investigação. Ainda, afirmou que a discussão entre funcionários e cliente está em desacordo com todas as diretrizes e treinamentos da empresa em relação ao recolhimento das motocicletas, descritas no Manual de Conduta usado no treinamento dos de seus colaboradores. Segundo a empresa, os funcionários foram desligados por justa causa imediatamente após o conhecimento dos fatos pela Mottu. Por fim, a Mottu informou que mobilizou suas lideranças operacionais para reforçar treinamentos de conduta junto aos funcionários, visando evitar que incidentes como este ocorram novamente.

²⁸ <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/08/09/e-inacreditavel-muito-banal-lamenta-filho-de-entregador-encontrado-morto-apos-briga-com-funcionarios-de-loja-onde-alugou-moto-para-trabalhar.ghtml>

4. Método

A análise da ERM é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em *standards* reconhecidos internacionalmente. A elaboração do parecer simplificado é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação da Emissão – avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Sustentável. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Social Bond Principles (SBP)*.
 - Uso dos Recursos (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e *European Union Taxonomy*;
 - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia da empresa e garantia de benefícios socioambientais associados;
 - Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes ou sociais;
 - Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.
- 2) Pesquisa de controvérsias²⁹.
 - Controvérsias que a empresa está envolvida.

Legendas

Tabela 4 - Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

²⁹O conceito de controvérsia é baseado na publicação "CONTROVÉRSIAS ASG 2017" (<https://www.si-tawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Fonte: ERM

Controvérsias

Tabela 5 - Níveis de Severidade relacionados às controvérsias

Níveis de Severidade	
Baixo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa danos mínimos que não necessitam de remediação.
Médio	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.
Alto	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.

Fonte: ERM

Tabela 6 - Níveis de Responsividade relacionados às controvérsias

Níveis de Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação e realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

Fonte: ERM

5. Social Bond/Loan Principles Form

Social Bond / Social Bond Program External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Mottu Locação de Veículos Ltda.

Bond ISIN or Issuer Bond Name, if applicable: not applicable.

Independent External Review provider's name: ERM

Completion date of this form: June 26th, 2024.

Publication date of review publication: not applicable.

Section 2. Overview

SCOPE OF REVIEW

The review:

- ☒ assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the SBP.
- ☐ assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the SBP; please indicate which ones:
 - ☐ Use of Proceeds
 - ☐ Management of Proceeds
 - ☐ assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.);
 - ☐ Process for Project Evaluation and Selection
 - ☐ Reporting

ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- ☒ Second Party Opinion
- ☐ Verification
- ☐ Other (*please specify*):
- ☐ Certification
- ☐ Scoring/Rating

Does the review include a sustainability quality score³⁰?

³⁰ The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond Framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.

- | | |
|---|--|
| ☐ Of the issuer | ☐ Of the project |
| ☒ Of the <i>Framework</i> | ☐ Other (please specify):
issuance |
| ☐ No scoring | |

ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

Does the review include:

- ☒ The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- ☒ The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible green and/or social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- ☒ The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

Does the review include:

- ☒ An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy and the policies and/or processes towards their delivery?
- ☒ An identification and assessment of environmental, social, and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- ☒ A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or *Frameworks* for sustainability-related disclosure and reporting?

CLIMATE TRANSITION STRATEGY³¹

Does the review assess:

- ☐ The issuer's climate transition strategy & governance?
- ☐ The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- ☐ The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- ☐ The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board,

³¹ Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).

dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).

- ☐ If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?
- ☐ The alignment of the issuer's proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways ³² that are deemed necessary to limit climate change to targeted levels?
- ☐ The comprehensiveness of the issuer's disclosure to help investors assess its performance holistically³³?

Overall comment on this section: ERM acted as a second-party opinion provider on Mottu's Social Finance *Framework* and holds the view that the *Framework* is aligned with the Social Bond Principles.

Section 3. Detailed Review

Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.

1. USE OF PROCEEDS

Does the review assess:

- ☒ the environmental/social benefits of the project(s)?
- ☒ whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- ☒ for social projects, whether the target population is properly identified?

Does the review assess if the issuer provides clear information on:

- ☐ the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- ☒ the estimated share of financing vs. re-financing (and the related look-back period)?

Overall comment on this section: The *Framework* defines that the funds raised within the scope of the document must be used to the acquisition of

³² GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..

³³ Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer's climate policy engagement.

motorcycles that ought to be rented to the target population defined in the *Framework*.

The proceeds from future social debt can be used to reimbursement, refinancing (for expenditures incurred up to 24 months before each transaction), and financing of new eligible expenditures. These funds must be allocated to selected projects within 24 months after the issuance and before the instrument's tenure.

The target population is composed of couriers and motorcycle taxi operators who either: (i) declare a monthly income of less than R\$ 2,000 (prior to renting the motorcycles); or (ii) identify as black or brown.

According to Mottu and to the analysis conducted by ERM, the target population often faces difficulties in purchasing their own motorcycles or accessing affordable credit to finance them. Additionally, they are considered vulnerable due to low income, lack of access to education, and racial discrimination.

Therefore, offering a low-cost rental scheme to this population (without prior credit analysis or requiring guarantees) provides them with the opportunity to work as couriers, alleviating unemployment and increasing their monthly income. Furthermore, evidence suggests that couriers using motorcycles generally earn more than those using bicycles.

While the premises are reasonable and anecdotal evidence supports them, there is no scientific proof regarding the social or financial benefits of these services. It is important to note that Mottu's operations are recent, and evidence is still being gathered to further support the impact thesis.

In ERM's opinion, the use of proceeds outlined in the *Framework* provides tangible social benefits.

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Does the review assess:

- ☒ whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognized international standards? Please specify which ones.³⁴
- ☒ whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- ☒ the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- ☒ the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?

³⁴ The EU Taxonomy, CBI Taxonomy, UK Taxonomy, China catalogue, etc.

☒ any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

Overall comment on this section: The social objectives of the *Framework* are fully aligned with the company business strategy, which is to provide low-cost motorcycles to underserved couriers. The eligibility criteria are defined and transparent.

Mottu assesses compliance with the eligibility criteria based on clients' responses to ongoing surveys conducted while they wait to pick up their rented motorcycles from periodic maintenance. Financial and operational teams are responsible for supervising this process.

It is important to note that Mottu's motorcycles are primarily rented to gig workers who are not covered by formal labor rights, such as paid sick leave, vacations, hazard pay and others. Additionally, the rental agreement allocates significant risks to the clients, which might lead to extra costs and reduce the expected benefits of the rental. Considering the scope of this review, which focuses on the social impact, ERM identifies these features as significant gaps.

Nonetheless, the use of proceeds is aligned with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), specifically SDGs 8, as well as the SBP and SLP categories (socioeconomic advancement and empowerment, and programs designed to prevent and/or alleviate unemployment stemming from socioeconomic crises). They also align with the Inclusive Finance category of the Impact Investing Market Map (PRI), thus contributing to sustainable development. Furthermore, the eligible categories align with the sub-objective of "promoting equality and inclusive growth by improving access to financial services for target populations" outlined in the EU Social Taxonomy.

In summary, while the internal processes for project evaluation and selection are transparent and based on clear eligibility criteria, there are some gaps that should be addressed.

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Does the review assess:

- ☒ the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- ☒ the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- ☒ Whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

Overall comment on this section: Mottu's processes for management of proceeds are aligned to market practices. The proceeds from future social debt will be managed by the financial department to guarantee that the

proceeds are used according to the defined allocation period and eligibility criteria.

The *Framework* does not define the covenants to be triggered in case the proceeds are used in non-eligible projects. Moreover, in case a project fails to meet the eligibility criteria, the proceeds should be reallocated within 3 months.

All proceeds must be temporarily maintained in cash or cash equivalents (high liquidity fixed income instruments that finance banks expenses) until the full allocation to eligible projects. The issuer also commits that the sum of proceeds raised through social debt allocated to each project will not surpass the total cost of the social projects. The issuer will annually disclose the allocation of these proceeds throughout the maturity of the debts.

Based on our analysis of proceeds management, we can conclude that there is a clear and transparent procedure to ensure that proceeds are allocated to projects that support the Social Bond and Social Loan categorization.

4. REPORTING

Does the review assess:

- ☒ the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?
- ☒ the frequency and the means of disclosure?
- ☒ the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

Overall comment on this section: Starting from the first social operation, Mottu is committed to annually report the social benefits and financial information of the projects until the instrument's maturity. For that, Mottu will elaborate a dedicated report or include the relevant information on sustainability or financial reports. The report must include the following financial indicators:

- a) Volume of labelled resources raised (R\$)
- b) Share of labelled resources already allocated and to be allocated, considering the issue date (%);
- c) Share of labelled resources already allocated considering the report date (%);
- d) Information on the instruments used for temporary investment of unallocated proceeds (R\$ e %).

The report will also include the following social indicators, aimed at measuring the social benefits:

- a) Percentage of clients without an undergraduate degree;
- b) Percentage of clients who have not completed high school;
- c) Percentage of clients who identify as black or brown;
- d) Percentage of clients declaring an improvement in their lives after renting the motorcycles;
- e) Percentage of clients who declared a monthly wage lower than R\$ 2,000 (prior to renting the motorcycles);
- f) Mottu's Net Promotes Score (NPS);
- g) Number of clients;
- h) Avoided emissions (gCO₂/km and gCO/km).

According to the *Framework* each social operation, will have its financial and social impact information verified by an external auditor within 18 months after the issuance. The auditor will be responsible to verify if the proceeds were used according to the criteria outlined in the *Framework*. The annual allocation and impact reports, the post-issuance verification reports (one for each operation), and this second-party opinion report will be disclosed only to investors.

Section 4. Additional Information

Useful links (e.g. to the external review provider's methodology or credentials, to the full review, to issuer's documentation, etc.)

<https://mottu.com.br/>

Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals: The eligible projects contribute to SDG 8.

Additional assessment concerning the issuer/bond *Framework*/eligible project(s): Not applicable.

Anexo I – Análise de vulnerabilidade e descrição dos benefícios sociais

Os projetos sociais elegíveis pelos SBP para a caracterização como Título Social têm como objetivo abordar alguma questão/problemática social e/ou alcançar resultados sociais positivos. Nesse sentido, avaliamos que a locação de motos para fins de geração de renda e emprego para populações vulneráveis estão alinhadas às seguintes categorias dos SBP:

- Geração de empregos ou programas destinados à prevenção e/ou alívio do desemprego decorrente de crises socioeconômicas, incluindo por meio do efeito potencial do financiamento de pequenas e médias empresas;
- Avanço socioeconômico e empoderamento, por meio do acesso à serviços, recursos e oportunidades.

Nossa opinião é baseada, principalmente, nos aspectos de vulnerabilidade de cada uma das categorias de elegibilidade definidas no *Framework* e nas evidências sobre a geração de benefícios sociais descritos ao longo do texto e a seguir.

Motoboys e mototáxis de baixa renda

São elegíveis a compor o lastro para operações sociais baseadas no *Framework* CAPEX com motocicletas destinadas a mototáxis e motoboys cuja renda declarada é de até R\$ 2.000 mensais (incluindo desempregados).

Visando entender se de fato o aluguel das motos da Mottu poderia gerar um incremento de renda à essa população, avaliamos os dados do estudo “Mobilidade urbana e logística de entregas: um panorama sobre o trabalho de motoristas e entregadores com aplicativos” da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), para estimar os rendimentos dos entregadores com base em alguns cenários.

Utilizando a remuneração média de R\$ 23,00 por hora em corrida, e supondo uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, 21 dias por mês, temos os seguintes cenários de renda, que dependem da ociosidade dos entregadores:

Tabela 7 - Estimativa de receitas brutas para entregadores

Tempo sem corridas	Receita Bruta mensal (R\$)
0%	3.864,00
10%	3.477,60
20%	3.091,20
30%	2.704,80
40%	2.318,40

53%

2.058,39

Fonte: ERM, com dados da Amobitec

Apesar de não termos dados precisos sobre o tempo sem corridas dos entregadores, o estudo "Impactos Socioeconômicos das Operações do iFood no Brasil: Análise sobre os Entregadores"³⁵, elaborado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), menciona que "para cada 1 minuto despendido em entrega, os trabalhadores passam em média 1,14 minutos adicionais logados na plataforma", ou seja, entregadores do iFood passam cerca de 53% do tempo logado sem realizar corridas.

É preciso ponderar, entretanto, que os entregadores podem estar realizando outras atividades durante o tempo conectado ao iFood, como a execução de entregas em outras plataformas ou a realização de outras atividades diversas. Dessa forma, em linha com o raciocínio exposto na pesquisa da FIPE, avaliamos que é razoável considerar a receita bruta mensal de R\$ 2.058,39 como limite inferior de remuneração.

Por outro lado, entendemos ter 0% de ociosidade é um cenário pouco realista. Portanto, consideramos como limite superior de remuneração bruta o valor de R\$ 3.477,60, correspondente a passar 10% do tempo logado sem corridas. Assim, **supõe-se que a faixa de rendimento mensal bruto de entregadores varie entre R\$2.058,39 e R\$3.477,60.**

Tendo isso em vista, avaliamos que os serviços oferecidos pela Mottu podem gerar um incremento de renda significativo para público-alvo elegível, moto-táxis e motoboys cuja renda declarada é de até R\$ 2.000 mensais (incluindo desempregados).

Ademais, conforme mencionado na seção [Opinião](#), pessoas de baixa renda também podem ter dificuldades para acesso à crédito de forma que a locação de motos da Mottu pode ser uma oportunidade de emprego para público de baixa renda.

Por fim, a comparação com o rendimento médio mensal do brasileiro nos permite afirmar que o público-alvo selecionado tem rendimentos menores do que a média dos brasileiros em todos os estados, com exceção do Maranhão e Ceará, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 8 - Rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência com rendimento de trabalho, habitualmente e efetivamente recebidos no trabalho principal, por posição na ocupação no trabalho principal

Brasil e Unidade da Federação	Rendimento médio mensal
Brasil	R\$ 3.033,00
Maranhão	R\$ 1.843,00
Ceará	R\$ 1.976,00
Alagoas	R\$ 2.004,00
Pernambuco	R\$ 2.014,00

³⁵ https://content.news.ifood.com.br/uploads/2023/02/FIPE_-_iFood-Entregadores-1.pdf

Bahia	R\$ 2.028,00
Sergipe	R\$ 2.043,00
Piauí	R\$ 2.085,00
Paraíba	R\$ 2.203,00
Amazonas	R\$ 2.271,00
Pará	R\$ 2.276,00
Rio Grande do Norte	R\$ 2.377,00
Acre	R\$ 2.503,00
Tocantins	R\$ 2.549,00
Amapá	R\$ 2.561,00
Roraima	R\$ 2.677,00
Rondônia	R\$ 2.684,00
Minas Gerais	R\$ 2.788,00
Espírito Santo	R\$ 3.038,00
Goiás	R\$ 3.080,00
Mato Grosso do Sul	R\$ 3.184,00
Rio Grande do Sul	R\$ 3.262,00
Paraná	R\$ 3.318,00
Santa Catarina	R\$ 3.359,00
Mato Grosso	R\$ 3.362,00
Rio de Janeiro	R\$ 3.617,00
São Paulo	R\$ 3.712,00
Distrito Federal	R\$ 4.914,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Entregadores e mototáxis negros

A desigualdade salarial entre raças é um fenômeno que persiste desde a colonização até os dias atuais, e afeta grande parte da população brasileira. Segundo o IBGE, o Brasil possuía em 2022 uma população total de 214.154 milhões de brasileiros, sendo 55,5% negros (10,2% pretos e 45,3% pardos)³⁶.

A análise de dados de trabalho e renda, demonstra tais desigualdades, indicando que grande parte da população negra vive em condições de vulnerabilidade social³⁷.

Segundo dados do IBGE de 2022, 20,2% dos homens pretos ou pardos de 15 a 29 anos eram extremamente pobres e 66,8% eram pobres. Entre as mulheres pretas ou pardas, eram 15,3% e 67,7%, respectivamente. Comparativamente, 11,9% dos homens brancos da mesma faixa etária era extremamente pobres, e 45,5% era pobres. Entre as mulheres brancas, eram 8,5% e 67,7%, respectivamente³⁸.

Conforme o Relatório Trimestral sobre a PNAD Contínua³⁹, elaborado pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), os dados referentes ao 1º trimestre de 2024 apontam que no 1º trimestre de 2024, a taxa de desemprego das mulheres negras foi de 11,69% enquanto para as

³⁶ <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408#resultado>

³⁷ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf

³⁸ Conforme descrito na publicação, a a definição de extrema pobreza e pobreza segue as linhas propostas pelo Banco Mundial, levando em consideração renda domiciliar per capita diária de US\$ 2,15 PPC e US\$ 6,85 PPC. Mais informações em: <https://static.poder360.com.br/2023/12/sis-ibge-2023.pdf>

³⁹ https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2024/05/completo_01_2024.pdf

mulheres brancas foi de 7,54%. Os homens brancos tiveram taxa de desemprego no patamar de 5,19%, e os homens negros, no de 7,41%.

Além das taxas de desemprego serem maiores para a população negra, independente do gênero, os dados sobre renda apontam para desigualdades ainda mais acentuadas. O rendimento habitual médio do trabalhador brasileiro foi de R\$ 3.032,59 por mês no 1º trimestre de 2024. Para mulheres e homens negros, foram registrados rendimentos habituais abaixo da média: **de R\$ 2.031,12/mês, para mulheres negras; e de R\$ 2.531,79/mês, para homens negros.** A renda habitual foi maior do que a média para os brancos: de R\$ 3.334,99/mês para mulheres brancas (64,2% maior que a de mulheres negras); e de R\$ 4.343,50/mês, para homens brancos (71,6% maior que a de homens negros).

Dados de 2022 divulgados pelo IBGE indicam que o rendimento-hora dos brancos supera o dos pretos ou pardos em todos os níveis de instrução, sendo a maior diferença (37,6%) observada entre aqueles que tinham nível superior completo.⁴⁰

As desigualdades observadas podem ocorrer por diversos motivos, como acesso desigual a oportunidades de ensino, remunerações inferiores em cargos de trabalho semelhantes, vieses de recrutadores, redes de contato menos privilegiada, entre outros.

Nesse sentido, o estudo “Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro e o papel da educação”⁴¹ apresenta evidências de que, no Brasil, as disparidades raciais nos rendimentos são grandes e se mantêm mesmo quando olhamos para pessoas com ensino superior ou que estão no mesmo grupo ocupacional.

Nessa linha, o estudo “Impactos Socioeconômicos das Operações do iFood no Brasil: Análise sobre os Entregadores” da FIPE analisou como características individuais, como raça e gênero, afetam a remuneração dos trabalhadores no iFood. O estudo mostra que diferenças na remuneração observadas entre brancos e não-brancos persistem mesmo quando são incluídas variáveis de controle para características como idade e ensino, mas que “os diferenciais salariais observados no mercado formal são atenuados e inexistentes na plataforma do iFood, **principalmente quando controlamos para o diferencial de remuneração por modal.**”.

Em outras palavras, a utilização de moto nas entregas parece ser uma variável determinante para atenuar ou eliminar as diferenças salariais observadas. Assim, o serviço de aluguel de motos da Mottu, por não exigir uma aprovação com base em características correlacionadas com raça, se

⁴⁰ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4>

⁴¹ https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3967828

apresenta como uma solução no sentido de fornecer uma ferramenta de trabalho que permite aumento de renda à essa população.

Outros estudos, como o “Raça e Gênero nas Grandes Empresas”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), analisou os vínculos empregatícios de 2.224 empresas privadas e de sociedade mista com mais de mil funcionários ativos no território brasileiro em 2019, incluindo vínculos por meio da Consolidação das leis do trabalho (CLT), quanto aprendizes e funcionários temporários⁴².

Uma das variáveis trazidas no estudo foi o tempo em que os trabalhadores estavam empregados no estabelecimento analisado (“estabilidade na empresa”). O maior tempo de empresa é influenciado por fatores estruturais de processos discriminatórios, que dificultam não só a permanência, como também a ascensão a posições de níveis hierárquicos mais altos. Além disso, o maior tempo de empresa permite a ascensão a maiores níveis hierárquicos. Do grupo de pessoas pretas e pardas, apenas 10% têm pelo menos 10 anos de empresa, enquanto os trabalhadores brancos são 21%, uma diferença significativa.

A pesquisa “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas” realizada pelo Instituto Ethos⁴³ é outra que corrobora para evidenciar a situação de vulnerabilidade da população negra no mercado de trabalho. Segundo a pesquisa, a população negra enfrenta uma evidente situação de desigualdade, sub-representação e afunilamento hierárquico nas empresas.

Foi constatado que a população negra é maioria nos cargos de aprendizes e trainees (correspondendo a 57,5% e 58,2%, respectivamente), enquanto nos cargos de gerência, quadro executivo e conselho de administração, os negros têm participação somente de 6,3%, 4,7% e 4,9%, respectivamente.

Alguns estudos também indicam as diferentes dificuldades enfrentadas por essa população no empreendedorismo, uma alternativa comum para aqueles que não conseguem empregos formais. Segundo o artigo “A hora e a vez do empreendedorismo negro” publicado na Revista GV Novos Talentos (2019)⁴⁴, são destacados três principais desafios para o fortalecimento do empreendedorismo negro. O primeiro deles está relacionado ao capital humano, cuja formação empreendedora é um problema observado de forma geral, no qual o nível de educação formal da população brasileira não somente é baixo, como relacionado a temas relevantes para o empreendedorismo são ainda menores.

⁴² <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/Raca-e-G%C3%AAnero-nas-Grandes-Empresas-Um-perfil-da-forca-de-trabalho-do-Brasil.pdf>

⁴³ http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Perfil_social_racial_genero_500empresas.pdf

⁴⁴ <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rgnn/issue/view/4462/2449>

Outro aspecto destacado no artigo é o capital econômico e o acesso ao crédito, no qual é indicado que **algoritmos que definem os critérios para a concessão de crédito são influenciados por metodologias que dificultam a inclusão dos negros no sistema financeiro**. Por fim, o artigo também destaca a questão do capital social que se efetiva por meio de vias de relacionamento, no qual, em geral, empreendedores negros e negras possuem uma forte rede de relacionamento com pares que têm uma posição socioeconômica similar, o que pode criar uma dificuldade no acesso a outras redes para conhecimento de novos clientes e mercados. Portanto, o artigo conclui que um ecossistema empreendedor multidisciplinar, diverso e participativo é uma alternativa relevante para a superação das dificuldades impostas por esses três aspectos⁴⁵.

Novamente destaca-se a atuação da Mottu como uma oportunidade para essa população. Conforme mencionado ao longo deste relatório, a Mottu não realiza análise de crédito ou exige garantias físicas (é exigido um caução no valor de R\$ 600,00) para realizar a locação da moto, sendo acessível a pessoas que poderiam não conseguir a moto de outras maneiras.

Vale mencionar ainda, que a população negra é vulnerável também sob outros aspectos. O Relatório Trimestral sobre a PNAD Contínua do Made mostra que a população negra na força de trabalho apresenta, em média, menores graus de escolaridade:

Dentre as mulheres negras, 18,33% possuíam ensino superior, 52,49%, ensino médio e, 22,94%, apenas ensino fundamental. Para as mulheres brancas, 30,86% tinham ensino superior completo, 40,59%, ensino médio e 15,35%, ensino fundamental. Dentre os homens negros, 12,18% haviam obtido ensino superior, 50,85%, ensino médio e 33,22%, ensino fundamental. Dos homens brancos, 23,94% tinham ensino superior, 44,04% ensino médio e 23,37%, apenas ensino fundamental.

Conforme apresentado no estudo “Desigualdade racial na educação básica”⁴⁶, as disparidades raciais são evidentes já na educação básica. A análise dos níveis de desempenho dos alunos com base em informações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), indica que “os negros estão sobrerrepresentados na escala “Insuficiente” de aprendizado, enquanto os brancos estão sobrerrepresentados no nível “Avançado” de desempenho.”. Ainda, apesar de uma melhora na média geral das notas em quase todos os estados do Brasil durante o período estudado (2007 a 2019), houve uma piora nas diferenças raciais.

⁴⁵ <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rgnn/article/view/80865>

⁴⁶ https://arquivos.insper.edu.br/2023/pesquisa/artigo/Relatorio_Desigualdade_racial-na_educacao_basica.pdf

De fato, evidências documentadas no estudo *Racial discrimination in grading: Evidence from Brazil*⁴⁷ sugerem que a discriminação racial afeta crianças negras desde a infância por meio de vieses inconscientes de seus professores.

Outras desigualdades envolvem condições de moradia, acesso a bens duráveis, acesso à saneamento, propriedade de imóveis, participação política e até em índices de violência: segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, a taxa de morte por homicídios para a população preta foi duas vezes superior à identificada para a população branca, e a identificada entre pardos era o triplo da observada entre brancos.⁴⁸

Tendo tal contexto em vista, avaliamos que os serviços oferecidos pela Mottu podem gerar um incremento de renda e oportunidades de emprego para público-alvo elegível, mototáxis e motoboys negros.

⁴⁷ <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/app.20140352>

⁴⁸ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>

Anexo II – Tarifário Mottu

Conforme mencionado na seção Opinião, as tarifas referentes a serviços extras oferecidos pela Mottu são definidas em contrato por meio do Tarifário: “documento que identifica os preços praticados pela Locadora, podendo ser alterado a qualquer tempo, sem necessidade de aviso prévio e sempre disponível no site oficial da Locadora.”. Tais valores são apresentados na tabela a seguir, conforme indicado nos Termos e Condições Gerais do Contrato de Locação de Veículos disponível no *website* da Mottu⁴⁹:

Tabela 9 - Tarifário Mottu

Ocorrência	Valor
Coparticipação Acidente	Até R\$ 700,00 por ocorrência
Recolhimento	R\$ 200 por ocorrência + R\$2 por km excedente
Serviços de socorro mecânico na rua	R\$ 100,00 por ocorrência
Furto ou roubo de veículo	R\$ 500 por ocorrência
Apreensão do veículo - Pátio	R\$ 700 por ocorrência
Encaixe de manutenção sem agendamento	R\$ 100 por ocorrência
Mau uso ou conduta	R\$ 600 por ocorrência
Cancelamento da penalidade NIC	R\$ 100 por ocorrência
Diária de estacionamento Minha Mottu	R\$ 35 por ocorrência
Diária em atraso	R\$ 20 por ocorrência
Deslocamento de prestador	R\$ 50 por ocorrência
Omissão de BO de acidente, furto ou roubo	R\$ 300 por ocorrência
Exceder limite de circulação	R\$ 500 por ocorrência
Cancelamento do Serviço de Rua	R\$ 50 por ocorrência
Descumprimento da Revisão Periódica	R\$ 150 por ocorrência

Fonte: Mottu

⁴⁹ <https://mottu.com.br/wp-content/uploads/2023/09/termos-do-contrato-de-locacao.pdf> - Acesso em 12/06/2024.



<https://www.erm.com/>